

GT – Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa



1- Importação Material e seus Custos: Interdependência Econômica como Consequência da Importação de Bens para a Construção Renovável.

Este subtema tem como objetivo discutir a interdependência econômica entre países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos e as nações desenvolvidas, especialmente no contexto da construção sustentável. Muitos países menos desenvolvidos enfrentam sérios desafios para implementar práticas de construção renovável, em grande parte devido à necessidade de importar materiais industrializados e tecnologias específicas. Esses recursos, como painéis solares, turbinas eólicas, sistemas de isolamento térmico avançado, tintas ecológicas, sensores inteligentes de energia e até mesmo softwares de gestão energética, não são produzidos localmente em escala suficiente — ou sequer são produzidos — o que obriga esses países a recorrer ao mercado internacional.

Esses materiais e tecnologias, muitas vezes patenteados e fabricados por empresas sediadas em países desenvolvidos, apresentam custos elevados de importação. Isso se agrava pela ausência de acordos comerciais justos, tarifas alfandegárias elevadas e taxas de câmbio desfavoráveis. Como consequência, os países em desenvolvimento tornam-se economicamente dependentes para conseguir modernizar sua infraestrutura com práticas sustentáveis, o que limita significativamente sua capacidade de cumprir metas ambientais e compromissos climáticos assumidos em fóruns internacionais como a própria COP-30.

Nesse cenário, é fundamental que as partes compreendam que a interdependência material e tecnológica não é apenas um desafio comercial, mas um obstáculo direto à justiça climática. Os países menos desenvolvidos muitas vezes enfrentam uma dupla penalização: são os que menos contribuíram historicamente para a crise climática, mas os que mais

enfrentam dificuldades para participar da solução por causa de barreiras econômicas e tecnológicas.

Diante disso, torna-se urgente que esta conferência debata resoluções voltadas à criação de mecanismos de financiamento internacional que subsidiem a aquisição de tecnologias verdes por países em desenvolvimento. Além disso, é necessário considerar a redução ou eliminação de tarifas sobre materiais sustentáveis e equipamentos tecnológicos, bem como o incentivo à transferência tecnológica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento — com foco na capacitação de profissionais e na produção local desses bens. Também é essencial implementar acordos multilaterais que garantam acesso justo e equitativo a esses recursos, permitindo que todos os países possam participar da transição ecológica de forma efetiva e autônoma.

A superação desse desafio é fundamental para que a agenda climática avance de maneira equilibrada e inclusiva, promovendo não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a justiça econômica entre as nações.

2- Fiscalização e Incentivo Para a Adoção Empresarial da Descarbonização.

As pegadas de carbono são os rastros dos gases de efeito estufa gerados pelas atividades humanas, sejam elas feitas por produtos, empresas, organizações ou pessoas. Esse indicador ambiental é essencial para o auxílio da tomada de decisões conscientes e para a adoção de medidas que minimizem as emissões de gases na atmosfera. Em 2023, a empresa brasileira Petrobrás emitiu 412 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Outro exemplo, seria a Saudi Aramco, companhia petrolífera estatal da Arábia Saudita que seria o quarto maior poluidor do mundo se fosse um país. Dados como esse expõem a necessidade de investir e incentivar o processo de descarbonização nas empresas, para que elas possam restringir as emissões de carbono na atmosfera e alcancem um desenvolvimento econômico sustentável.

No Brasil, de acordo com a Lei nº 15.042/2024, as empresas devem compensar suas emissões e cumprir metas de descarbonização. Porém, na prática, essas medidas não são adotadas por várias empresas, resultando, dessa forma, em uma situação de agravamento das mudanças climáticas e dificultando o desenvolvimento sustentável. Outro exemplo, seria a Lei de Ação Climática na Alemanha que estabelece metas de redução de gases de efeito estufa, com o objetivo de reduzir as emissões em pelo menos 65% até 2030 (em comparação a 1990).

Concluindo, esse subtema visa o debate sobre as regulamentações previamente mencionadas propostas as empresas e como estas deveriam ser aplicadas para o melhor rendimento delas, outrossim, é necessária a discussão sobre possíveis incentivos que podem ser feitos a corporações para o crescimento do movimento descarbonizante.

3- Challenges and Difficulties in the Implementation of Renewable Energy Production as Alternatives to Traditional Energy Sources.

Renewable energy sources are those capable of naturally regenerating over time, making them inexhaustible when compared to fossil fuels. Their use is essential for reducing

greenhouse gas emissions, promoting the sustainable development of countries and industries, and contributing to public health improvement. However, their implementation still faces several challenges, including environmental impacts from large-scale projects, problems with intermittent energy generation and social issues such as the forced displacement of communities.

In 2022, approximately 78% of the global energy matrix was still composed of fossil fuels, with annual consumption estimated at around 100 billion barrels of oil. These figures highlight the low adoption of clean energy sources and the severe environmental consequences stemming from such dependency. In this context, solar, wind, hydroelectric, and biomass energy emerge as viable alternatives for the energy transition.

Thus, this subtheme invites Parties to engage in dialogue regarding the implementation of sustainable energy worldwide, with special attention to emerging and developing countries — regions often marked by the exploitation of natural resources and limited investment capacity. It is crucial to discuss effective and inclusive solutions that enable a fair and accessible energy transition for all nations.

4- Entre o Lucro e Sustentabilidade: Os Custos da Implantação de Medidas Contra as Expulsões de Gases de Efeito Estufa.

A luta contra as mudanças climáticas exige ações urgentes para reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Entretanto, a implantação de políticas e tecnologias que promovam essa redução impõe desafios financeiros significativos para governos, empresas e sociedades. Um grande exemplo foi a Comissão Europeia (UE) que em julho de 2020, investiu 1 bilhão de euros em fundos que contemplam soluções de hidrogênio verde e com baixo teor de carbono para as indústrias química, de cimento e aço.

Entre as principais medidas necessárias para a transição para fontes de energia limpa, como solar e eólica, estão a modernização de sistemas de transporte para modelos elétricos; o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento do carbono (CCS); e a adoção de processos produtivos mais eficientes e menos poluentes. Todas essas ações demandam investimentos iniciais elevados de não apenas órgãos governamentais, mas certas vezes, também incluirão a população, e isto comumente gera resistência política e econômica.

Diante deste contexto, deve-se discutir a mitigação dos gastos para, principalmente, a população, sua implementação em países subdesenvolvidos de pouco poder econômico e como o investimento ecológico pode ser incentivado, apesar de seu grande custo.

5- Public Health: Safety Measures for Diseases Caused by Emissions.

Currently, diseases caused by pollutant emissions represent one of the main challenges to global public health. According to the World Health Organization (WHO), millions of premature deaths occur annually as a result of exposure to air pollutants such as particulate matter (PM10, PM2.5), sulfur dioxide (SO₂), and carbon monoxide (CO). These pollutants are frequently emitted by industrial activities and can cause respiratory difficulties, worsening of cardiovascular conditions, chronic respiratory diseases, as well as various forms of

allergies. Children, the elderly and people with pre-existing health conditions are among the most vulnerable and most affected groups.

Protecting public health is essential. Therefore, this subtheme proposes the pursuit of measures aimed at containing the release of disease-causing pollutants, as well as providing support to victims and individuals who may be affected due to their environment — especially those at risk of worsening pre-existing conditions.

6- Desafios da Transição Verde: A Falta de Trabalhadores Especializados e o Desemprego em Setores Altamente Emissores.

A transição para uma economia de baixo carbono é uma necessidade urgente frente à crise climática. No entanto, esse processo acarreta mudanças profundas e complexas no mercado de trabalho, revelando dois fenômenos simultâneos: por um lado, a escassez de trabalhadores qualificados para ocupações sustentáveis e, por outro, o crescimento do desemprego em setores tradicionalmente responsáveis por altas emissões de gases de efeito estufa.

Atividades econômicas como a indústria de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), a mineração convencional e os setores pesados da manufatura estão perdendo espaço em virtude da pressão por políticas ambientais e da rápida adoção de tecnologias limpas. Esse declínio tem gerado insegurança e desemprego para milhões de trabalhadores, especialmente em regiões cuja economia depende quase exclusivamente desses setores. Por exemplo, comunidades inteiras em regiões mineradoras na América Latina, na África e no sudeste asiático têm vivenciado queda na renda, perda de postos de trabalho e falta de perspectivas futuras diante do fechamento de minas e usinas termoelétricas.

Ao mesmo tempo, novas oportunidades de trabalho têm surgido em setores verdes — como energias renováveis, construção sustentável, agricultura regenerativa, gestão de resíduos, reflorestamento e tecnologias ambientais. No entanto, a formação profissional e técnica necessária para ocupar esses postos de trabalho verdes não têm avançado no mesmo ritmo da transição ecológica. Como resultado, há uma lacuna crescente entre a demanda por mão de obra qualificada e a oferta disponível no mercado.

Esse subtema convida as partes da COP-30 a refletirem sobre o desafio da requalificação profissional em larga escala, ou seja, sobre como garantir que trabalhadores de setores ambientalmente prejudiciais — como operários da indústria pesada, empregados de refinarias, mineradores e trabalhadores rurais — possam migrar para empregos sustentáveis sem perder sua segurança econômica e dignidade laboral. A transição justa exige que esses trabalhadores sejam incluídos no processo de transformação, não apenas como espectadores, mas como agentes ativos na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Portanto, a empregabilidade deve ser colocada no centro das decisões da COP-30. O futuro verde não pode ser construído à custa do desemprego, da exclusão e da perda de direitos. Promover uma transição ecológica com justiça social significa assegurar que nenhum trabalhador seja abandonado — e que as novas oportunidades sejam acessíveis a todos, em todas as regiões do mundo.

7- Caminhos para a Precificação Eficaz do Carbono.

A precificação do carbono é uma das ferramentas mais eficazes para a redução de sua difusão na atmosfera e para o impulsionamento da transição para uma economia de baixo carbono. Contudo, sua implementação envolve desafios técnicos e políticos, como a definição de preços justos, a harmonização de políticas entre países e a gestão dos impactos socioeconômicos, especialmente nos países em desenvolvimento.

A diversidade de instrumentos – como impostos, sistemas de comércio de emissões e mecanismos voluntários – amplia a complexidade e demanda coordenação internacional para assegurar a integridade ambiental. Segundo dados do estudo *Unlocking the Potential of Carbon Markets to Achieve Global Net Zero* (Revelando o potencial dos mercados de carbono para zerar as emissões globais, em português) cerca de 80% das emissões de gases de efeito estufa ainda não são cobertas por preços regulamentados de carbono. É necessário que as partes reconheçam a importância da cooperação global e do intercâmbio de boas práticas para tornar a precificação do carbono mais eficiente e justa. Ademais, é fundamental que sejam consideradas as capacidades diferenciadas dos Países e modos para a promoção do apoio técnico e financeiro aos países com menor desenvolvimento, conforme os princípios da UNFCCC.

